

CMUT0009283

PEREIRA, Marcelo. Dona do Solar doa parte de indenização: Depósito de R\$ 92 mil atende a acordo com Ministério Público e deverá ser revertido à preservação do patrimônio da cidade. Correio Popular, Campinas, 06 dez. 1994.

MARCELO PEREIRA

Dez meses depois do incêndio que destruiu o Solar do Visconde de Indaiatuba, no centro da cidade, o patrimônio histórico de Campinas começa a ser ressarcido de seus prejuízos. Atendendo a um acordo com o Ministério Público, a proprietária do antigo casarão, Marília Soares Rezende Casella, depositou no último dia 1º de dezembro, na conta do Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados, um cheque no valor de R\$ 92.386,00, o equivalente a 20% do que a seguradora lhe reembolsou pelos danos ao seu prédio.

A informação foi dada ontem pelo promotor de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, José Roberto Carvalho

Albejante, que apura responsabilidade civil no episódio. Ele abriu inquérito e aguarda o término dos trabalhos da polícia para encerrar o caso no âmbito do Ministério Público. Albejante estava particularmente satisfeito com o depósito do dinheiro. "Normalmente tudo acaba em pizza. É difícil no Brasil você conseguir ressarcimento nestas circunstâncias", comemorou o promotor. Ele explicou que o depósito foi fruto de um compromisso assumido por Marília com a promotoria. "Trata-se de um gesto nobre, um ato de liberalidade dela", elogiou Albejante.

O promotor disse ainda que a proprietária do antigo casarão pode cobrar este valor de quem vier a ser responsabilizado no inquérito policial. A polícia, por sua vez, suspeita que o incêndio possa ter sido provoca-

do por um curto-circuito. O inquérito ainda não foi concluído. Caso ele aponte algum culpado, uma das preocupações do promotor será apurar o valor histórico do prédio. Albejante estará atento a eventuais diferenças em relação aos R\$ 92 mil depositados pela dona do antigo casarão, que recebeu R\$ 461 mil de indenização da seguradora.

O Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados foi criado em 1985 através da lei da ação civil pública. Ele funciona no âmbito da Secretaria de Segurança, é administrado também por representantes da sociedade civil e financia projetos de recuperação do patrimônio histórico e de reflorestamento. Albejante disse que seria "correto" que os R\$ 92 mil retornasse para programas desenvolvidos em Campinas.



Parte da fachada do Solar: depósito pode ser cobrado de quem for responsabilizado criminalmente